



15 DE AGOSTO DE 2018

Quarta-feira

- BRASIL CRESCE 3,29% EM JUNHO E REVERTE PERDA COM GREVE; FECHA 2º TRI COM QUEDA DE 0,99%, APONTA BC
- COM NOVO GOVERNO NO PARAGUAI, CNI DEFENDE ACORDO CONTRA DUPLA TRIBUTAÇÃO
- EMPRESAS BUSCAM SOLUÇÕES CRIATIVAS PARA MELHORAR GESTÃO DA SAÚDE DOS TRABALHADORES
- NOVA LEI DE PROTEÇÃO DE DADOS DARÁ SEGURANÇA ÀS EMPRESAS E AO CIDADÃO, AVALIA CNI
- ARTIGO: CHANTILI
- ARTIGO: COMERCIANTES DE TODO O BRASIL, TREMEI!
- GREVE DA RECEITA PODERÁ PREJUDICAR COMÉRCIO EXTERIOR
- DÓLAR SOBE CERCA DE 1% E VOLTA A R\$3,90 COM EXTERIOR E CENA ELEITORAL LOCAL
- IGP-10 DE AGOSTO FICA EM 0,51% ANTE ALTA DE 0,93% EM JULHO
- “BRASILEIRO PRECISA SUPERAR A INFLAÇÃO”, DIZ EX-PRESIDENTE DA CVM
- BNDES ESTUDA TRÊS PROJETOS SOBRE RISCO CAMBIAL, DIZ PRESIDENTE
- CAIXA TENTA IMPULSIONAR CONSIGNADO COM GARANTIA DO FGTS
- FGTS DISTRIBUIRÁ LUCRO DE R\$ 6,23 BI ENTRE TRABALHADORES
- TRABALHADOR COM DEFICIÊNCIA PODERÁ USAR FGTS PARA COMPRA DE PRÓTESE E ÓRTESE
- UMA DE CADA QUATRO OCUPAÇÕES JÁ UTILIZA O CONTRATO INTERMITENTE
- CONTRATAÇÃO DE AUTÔNOMOS CAUSA POLÊMICA EM UNIVERSIDADE PRIVADA
- JÁ HÁ PROFISSIONAIS COM DIPLOMA UNIVERSITÁRIO EM TRABALHO INTERMITENTE
- PIB MENSAL CALCULADO PELO ITAÚ UNIBANCO SOBE 1,4% EM JUNHO

- COMERCIALIZADORAS DE ENERGIA EXPANDEM NEGÓCIOS EM MEIO A BOM MOMENTO NO SETOR
- RUMO CRITICA DEMORA NA PRORROGAÇÃO DE CONCESSÕES FERROVIÁRIAS
- ANTT DIZ EM AUDIÊNCIA QUE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS 'ESTÃO À BEIRA DO CAOS'
- COM CAMINHONEIROS, ECONOMIA CAI QUASE 1% NO SEGUNDO TRIMESTRE, DIZ BC
- GREVE DE CAMINHONEIROS PROVOCOU PERDAS IRREPARÁVEIS AOS SERVIÇOS, DIZ IBGE
- MONTADORA LUCRA QUASE € 10 BI NO 1º SEMESTRE
- NOVO VEÍCULO COMPACTO GLOBAL DA VOLKS DEVE SER DESENVOLVIDO NO PAÍS
- HYUNDAI COMPLETA 1 MILHÃO DE VEÍCULOS PRODUZIDOS NO BRASIL
- HYUNDAI AINDA SEM PLANO B PARA FÁBRICA DE PIRACICABA
- IOCHPE-MAXION TERÁ RODA DE LIGA LEVE FLEXÍVEL
- KAWASAKI RENOVA "NINJINHA" COM MOTOR DE 400 CC
- VOLVO CONSTRUCTION LANÇA MINICARREGADEIRA
- WORKSHOP APRESENTA EM DETALHES O PROGRAMA ROTA 2030
- CANADÁ CONSIDERA COTA OU TARIFA SOBRE AÇO IMPORTADO PARA PROTEGER PRODUÇÃO LOCAL
- MINÉRIO DE FERRO TEM NOVA QUEDA COM CORTES NA PRODUÇÃO DE AÇO DA CHINA

CÂMBIO		
EM 15/08/2018		
	Compra	Venda
Dólar	3,910	3,910
Euro	4,429	4,432

Fonte: BACEN

Brasil cresce 3,29% em junho e reverte perda com greve; fecha 2º tri com queda de 0,99%, aponta BC

15/08/2018 – Fonte: Reuters (publicado em 14-08-2018)

A economia brasileira conseguiu recuperar em junho todas as perdas sofridas no mês anterior por conta da greve dos caminhoneiros, mas ainda assim fechou o segundo trimestre com contração, a primeira depois de cinco períodos seguidos no azul.

O Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br), espécie de sinalizador do Produto Interno Bruto (PIB), subiu 3,29 por cento em junho, compensando totalmente a queda de 3,28 por cento vista no mês anterior, informou o BC nesta quarta-feira.

O dado de maio foi revisado pelo BC, que apontou antes queda de 3,34 por cento, já a pior leitura mensal na série histórica do indicador, iniciada em 2003.

O resultado mensal veio melhor que a expectativa de analistas em pesquisa da Reuters de expansão de 3 por cento.

Ainda assim, a economia brasileira fechou o segundo trimestre com queda de 0,99 por cento em relação aos três meses anteriores, depois de ter subido 0,20 por cento entre janeiro e março na mesma base de comparação.

Em maio o país sofreu com a paralisação dos caminhoneiros, que prejudicou diretamente a atividade e abalou ainda mais a confiança de empresariado e consumidores.

Indicadores após esse período já mostraram alguma recuperação, mas não o suficiente para evitar que as projeções dos agentes econômicos sobre o PIB não sofressem reduções para este ano.

Em junho, por exemplo, a produção industrial brasileira saltou 13,1 por cento sobre o mês anterior, apagando os efeitos negativos provocados pela paralisação nas rodovias. Na mais recente pesquisa Focus, feita pelo BC junto a uma centena de economistas todas as semanas, a projeção para o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) passou a 1,49 por cento este ano, frente a 3 por cento há poucos meses.

Ainda que a inflação e os juros sigam em níveis baixos, o desemprego elevado tem contido o consumo, barrando melhora mais significativa da economia num ano também marcado por incertezas ligadas às eleições presidenciais, quadro que tem entrado com cada vez mais força no radar dos agentes econômicos.

O IBGE divulga os dados do PIB do segundo trimestre no dia 31 de agosto. De janeiro a março de 2018, o crescimento foi de 0,4 por cento sobre os três meses anteriores, marcando o quinto período seguido no azul, com ajuda da agropecuária.

Com novo governo no Paraguai, CNI defende acordo contra dupla tributação

15/08/2018 – Fonte: Tribuna PR (publicado em 14-08-2018)

Com a posse nesta quarta-feira, 15, do novo presidente do Paraguai, Mario Abdo Benítez, o Brasil deve intensificar a negociação de acordos bilaterais, defende a Confederação Nacional da Indústria (CNI). Para a instituição, a prioridade é um entendimento que elimine a dupla tributação de empresas que atuam em ambos os países.

“O Brasil é o principal parceiro comercial do Paraguai e maior investidor no país. Com o novo governo, a indústria defende a continuidade na agenda de desburocratização e de melhoria de negócios, mas entende que é preciso avançar também em pautas

pendentes. A principal delas é o da dupla tributação”, disse o diretor de Desenvolvimento Industrial da CNI, Carlos Abijaodi, em nota. No Mercosul, o Brasil só tem um acordo desse tipo com a Argentina.

“O acordo de dupla tributação é um dos principais mecanismos para fomentar os investimentos, pois reduz a carga tributária em operações que são essenciais para o investimento no exterior”, disse ao **Estado** o gerente de Negociações Internacionais da CNI, Fabrizio Panzini. Ele beneficia operações como pagamento de dividendos, distribuição de royalties, envio de lucros e transações em comércio e serviços.

Segundo Panzini, o Brasil é o segundo maior investidor no Paraguai, com estoque de US\$ 1 bilhão, atrás apenas dos Estados Unidos. Em número de projetos, o País ocupa a primeira colocação. Os principais empreendimentos estão nas áreas de alimentos, tabaco, construção civil e materiais de construção, serviços financeiros, transportes e têxteis.

Na agenda bilateral também devem figurar a adoção, pelo Paraguai, do Certificado de Origem Digital (COD) em substituição ao documento manual, que demora perto de 72 horas para ser emitido. Além de agilizar negócios, a versão informatizada melhorará a qualidade das estatísticas, argumenta a CNI.

Outra sugestão que ajudaria a facilitar negócios é a adesão do Paraguai ao ATA Carnet, um documento aduaneiro que permite, por até um ano, a isenção de impostos para a importação e exportação de bens como amostras comerciais, equipamentos profissionais, bens para apresentação ou uso em feiras de comércio, shows e exposições. No Mercosul, apenas o Brasil aderiu a esse acordo.

Na agenda também estão medidas na área de facilitação de comércio. O Paraguai ratificou o acordo no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC), mas os países ainda estão em processo para adotar todas as recomendações e compromissos previstos nele.

“Nós entendemos que o novo presidente manterá a linha do atual, que é bastante antenado com as necessidades do mercado”, disse Panzini. Ele acrescentou que, graças a isso, a economia paraguaia vem crescendo, impulsionada inclusive por investimentos brasileiros. Outro ponto importante é a manutenção da linha adotada recentemente no Mercosul, de engajamento na agenda e na busca de novos acordos comerciais.

Empresas buscam soluções criativas para melhorar gestão da saúde dos trabalhadores

15/08/2018 – Fonte: CNI (publicado em 13-08-2018)

Novos modelos de contratos com operadoras e prestadores de serviços de saúde e foco na prevenção de doenças estão entre as prioridades de empresas como a Ambev e a Tupy



Em reunião coordenada pela CNI e SESI, especialistas debatem caminhos para melhorar gestão de sistema de saúde suplementar

A indústria de fundição de ferro Tupy, com 8,5 mil funcionários no Brasil, conseguiu reduzir em apenas três anos 24% dos custos com saúde de trabalhadores e dependentes por meio de um modelo híbrido de gestão em que a empresa divide riscos com a operadora do plano de saúde dos funcionários. A Tupy definiu um limite de gastos mensais com exames, consultas e terapias e, ao exceder o valor, a operadora passa a contribuir com parte significativa dos custos.

“Isso obrigou a operadora a melhorar a gestão da rede e se envolver mais com aspectos como custos de materiais usados em procedimentos médico-hospitalares, por exemplo”, destacou o gestor de Recursos Humanos e de Saúde da Tupy, João Deoni, durante reunião do Grupo de Trabalho sobre Saúde Suplementar, em 9 de agosto, em Brasília.

O grupo, coordenado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) e pelo Serviço Social da Indústria (SESI), é composto por 41 indústrias com o objetivo de elaborar propostas para o governo para a melhoria do sistema de saúde suplementar. Dos 37 milhões de trabalhadores que possuem plano de saúde, 11 milhões – quase 30% dos beneficiários – são da indústria.

Com a parceria, a própria operadora investiu na construção de uma clínica com mais de 20 especialidades médicas localizada próxima da fábrica da Tupy em Joinville (SC), para atendimento exclusivo de funcionários e dependentes. “Temos a maior policlínica da região com um centro de fisioterapia de recuperação pós-operatória”, relata Deoni. Segundo ele, as mudanças foram bem recebidas pelos funcionários e a comunidade também tem uma percepção positiva da empresa em relação ao cuidado com seus trabalhadores.

As mudanças no sistema de saúde da empresa foram uma resposta ao custo crescente com planos de saúde, cujos reajustes anuais estão acima da inflação, em cerca de 10% ao ano. Aliada à gestão do plano de saúde, a empresa também investe em programas de promoção da saúde e prevenção de doenças, em especial as crônicas, como diabetes, distúrbios respiratórios, doenças cardiovasculares, entre outras.



João Deoni, da Tupy: mudanças na gestão de saúde na empresa foram bem recebidas pelos funcionários

REDE REFERENCIADA – A Fundação Zerrener, de assistência médica, hospitalar e educacional aos trabalhadores e dependentes da fabricante de bebidas Ambev, renegociou redução dos custos com a operadora de saúde a partir da construção de uma rede referenciada de prestadores de serviços de saúde.

Com base em dados, a instituição verificou que construir a rede de prestadores com os 15 hospitais mais usados pelos funcionários da empresa reduziram, em média, 27% do valor pago por paciente adulto em uma Unidade de Tratamento Intensivo (UTI) e em quase 30% o valor com UTI pediátrica e neo-natal. Além disso, passaram a colocar na ponta do lápis os gastos com materiais hospitalares.

De acordo com o superintendente-geral da Fundação Zerrener, Eduardo Spinussi, a busca por mais eficiência e efetividade no atendimento à saúde tem contribuído até para uma maior satisfação dos mais de 75 mil beneficiários da Ambev espalhados por

2,5 mil municípios brasileiros. "Há casos que financiamos cirurgias de trabalhadores e dependentes em hospitais de referência localizados em grandes centros, pagando todo deslocamento e hospedagem, e tudo isso mais em conta que se o serviço fosse prestado em hospitais na cidade do trabalhador, com serviço inferior", destacou Spinussi.



Eduardo Spinussi, da Fundação Zerrener: redução de custos com operadora com a construção de uma rede referenciada de prestadores de serviços de saúde

A gestão de saúde baseada em valor e não em número de procedimentos, como é atualmente, foi defendida pelo presidente da 2iM Inteligência Médica, César Abicalaffe.

Ele defendeu que essa é a melhor forma de reduzir custos e entregar os melhores resultados ao paciente. "O modelo de financiamento desse sistema distorce e reforça o modelo assistencial que não tem foco na eficiência, eficácia e segurança", disse.



Nova lei de proteção de dados dará segurança às empresas e ao cidadão, avalia CNI

15/08/2018 – Fonte: CNI (publicado em 14-08-2018)

Brasil se iguala a economias desenvolvidas que já disciplinaram uso e tratamento de dados em meio à crescente digitalização. Regulamentação deve impulsionar a inovação

A Lei Geral de Proteção de Dados é um avanço para a competitividade do Brasil, que agora se iguala às grandes economias ao estabelecer normas específicas para coleta, tratamento e segurança de informações pessoais, avalia a Confederação Nacional da Indústria (CNI).

"O equilíbrio da lei aprovada resulta de um debate democrático, com a participação de distintos atores da sociedade. Em meio à revolução digital, dados se tornaram elementos fundamentais para a tomada de decisão e concepção de negócios.

A lei dá segurança a usuários e empresas", afirma o presidente da CNI, Robson Braga de Andrade.

Pelas regras, os cidadãos terão maior controle sobre o uso de suas informações pessoais, a possibilidade de verificar, corrigir e excluir dados, além de poder consentir com a coleta e tratamento de seus dados.

O assunto é tão importante que, há dois anos, figura entre as prioridades da pauta legislativa da indústria no Congresso Nacional. Para a CNI, a competitividade do país passa obrigatoriamente por conectar toda a cadeia produtiva e de serviços, de

smartphones a veículos, capazes de se comunicar uns com os outros e trazer benefícios para a sociedade por meio do uso responsável de dados pessoais.

No entanto, a CNI reitera a necessidade de criação da Autoridade Nacional de Proteção de Dados cuja responsabilidade será garantir o cumprimento das regras, bem como orientar empresas e pessoas sobre o tema. Para a confederação, independentemente da maneira como será criada, por ato legislativo ou executivo, a autoridade é fundamental.

"Acreditamos que a Autoridade Nacional de Proteção de Dados é uma prerrogativa essencial para que a lei cumpra seu papel: proteger o cidadão e dar segurança jurídica às empresas. Ela também vai garantir que a regulamentação se mantenha atualizada conforme o avanço tecnológico", completou o presidente da CNI.

AVANÇO TECNOLÓGICO - A CNI defende que a legislação sirva como indutora da inovação da mudança tecnológica. O uso adequado dos dados permite a oferta de serviços combinada com a produção e a venda de bens, dando origem a novos modelos de negócios que, em muitos casos, serão decisivos para a sobrevivência das empresas, a preservação de empregos e o aumento da renda.

A legislação contribui, também, para fortalecer a integração internacional do Brasil, pois a falta de uma legislação específica ameaçava deixar o país de fora dos fluxos internacionais de dados, atributo cada vez mais importante para a produção e comercialização de bens e serviços.

MPEs - A nova legislação foi sancionada nesta terça-feira (14) pelo presidente da República, Michel Temer. Empresas e entidades governamentais terão 18 meses para se adaptar às normas. A CNI ressalta, no entanto, a necessidade de prever tratamento diferenciado para micro e pequenas empresas (MPEs).

Ao contrário de grandes empresas, muitas das quais já se prepararam para atender às leis de outros países, para as MPEs a adaptação partirá do zero. A CNI acredita que, para um negócio de estrutura enxuta, onde o empresário atua, sozinho, em diversas esferas administrativas e de gestão, obrigá-lo, por exemplo, a contratar um funcionário responsável exclusivamente pela gestão dos dados pode representar um custo insustentável para sua operação.

Artigo: Chantili

15/08/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo

Distribuição e crescimento são dois lados da mesma moeda, todo o resto é enganação

Na última semana, uma miríade de candidatos a salvador da pátria afirmou, convicta, que a levará de volta ao crescimento robusto, equânime e sustentável. Espertamente, não revelou como. O desenvolvimento econômico, é, apenas, o outro nome do aumento persistente da produtividade do trabalho.

Pois bem. Observação milenar informa que ele depende do aumento persistente da quantidade de bens de produção (trabalho inteligente que no passado foi cristalizado num objeto), que alocado a um trabalhador lhe aumenta a produtividade.

Um agricultor com uma enxada é mais produtivo que sem ela. O que é enxada? Um dia, um agricultor inventivo e habilidoso deixou de plantar milho e aplicou a sua inteligência e o seu trabalho para forjar uma lâmina de metal à qual se associou um cabo de madeira. "Congelou" o seu trabalho num bem de produção (a enxada). Reproduzido, ampliou a produtividade de todos.

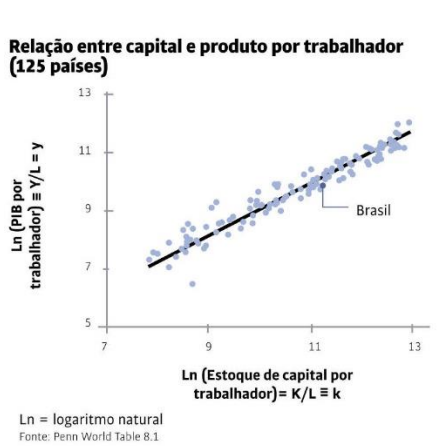
É a este processo que se dá o nome de desenvolvimento econômico! O conjunto dos bens de produção (ferramentas, máquinas, infraestrutura) é o estoque de capital (K) associado ao trabalhador (L), (K/L), para produzir o PIB (Y) por trabalhador (Y/L).

O gráfico abaixo sugere a estreita dependência entre a produtividade da mão de obra (Y/L) e o capital médio alocado a cada trabalhador (K/L). Qual é a conclusão? Só há desenvolvimento se o estoque de capital (K) crescer mais depressa do que o número de trabalhadores (L). Essa é uma verdade incontornável!

O que isso significa? Que o crescimento do PIB per capita depende de uma harmonia entre o consumo presente e o aumento do estoque de bens de capital que condicionará o consumo futuro.

O que cada candidato à Presidência deveria explicar, sem o chantili demagógico, é simples: como, no regime de plena liberdade democrática, acomodará as evidentes pressões para o consumo presente (vide as recentes "bombas" legislativas e judiciais), sem sacrificar o aumento do estoque de capital necessário para aumentar o consumo futuro?

Distribuição e crescimento são dois lados da mesma moeda. Todo o resto é lamentável enganação. Esta desmoraliza o exercício da política e corrói as bases de nossa democracia.



Núcleo de Imagem

Antonio Delfim Netto - Economista, ex-ministro da Fazenda (1967-1974). É autor de "O Problema do Café no Brasil".

Artigo: Comerciantes de todo o Brasil, tremei!

15/08/2018 – Fonte: Gazeta do Povo

Práticas como fixação de preço de revenda, acordos de exclusividade ou venda casada não são crimes, mas uma operação recente no Paraná entendeu o contrário



Você já deve ter notado que vários produtos que compra no seu dia a dia vem com um preço sugerido "de fábrica". Jornais, revistas, picolés, lanches em redes de fast-

food e por aí vai. Políticas comerciais de sugestão e mesmo fixação de preços de revenda são muito comuns, e ocorrem em vários mercados. A discussão sobre os seus efeitos concorrenciais, no âmbito da teoria econômica e do direito antitruste, é de longa data.

Há quem defenda que por vezes essa prática pode gerar ineficiências, tornando o mercado menos competitivo, e há quem defenda o contrário: que em muitos casos esse modelo é o que melhor se adequa àquele tipo de produto, gerando mais concorrência e benefícios ao consumidor.

Tanto um quanto o outro têm sua dose de razão, a depender do caso concreto. Seja como for, porém, mesmo os mais radicais dentre os estudiosos tendem a concordar que o ônus da prova para se considerar esse tipo de conduta como algo necessariamente ruim – ou, pior, ilegal – é alto.

Em todo lugar do mundo, é certamente bastante raro que tal conduta seja considerada ilícita. Nas situações excepcionais em que se entende haver algum efeito anticompetitivo a ser sanado, o que envolve estudos econômicos precedentes extensos e cuidadosos, o resultado é a determinação de que a pessoa jurídica praticante realinhe certas práticas e, ocasionalmente, que pague alguma multa.

Certamente, nenhum gerente de editoras de jornais ou de redes de lanchonetes vai para a cadeia por isso, e nem deveria. A análise é difícil, as conclusões são limítrofes e, portanto, sugerir ou fixar preços de revenda, que na maior parte das vezes não é nem sequer ilegal, muito menos é crime.

Sugerir ou fixar preços de revenda, que na maior parte das vezes não é nem sequer ilegal, muito menos é crime

Dias atrás, porém, autoridades criminais no estado do Paraná discordaram de tudo isso e, dispensando maiores avaliações econômicas ou concorrenciais, consideraram a matéria bem simples: há crime. Consideraram, também, que o procedimento e a sanção aplicáveis não são um processo com contraditório prévio e multa administrativa (o que seria a praxe), nem compromissos de ajustamento de conduta: é busca e apreensão e xadrez.

O setor afetado, no caso, foi o de distribuição de combustíveis. Sabe-se bem que cartéis (conduta bem diferente de fixação de preço de revenda) podem acontecer nesse mercado. E cartel, sim, é crime. Num cartel, as empresas, que deveriam estar concorrendo, combinam secretamente para deixar a rivalidade de lado, fixar um preço único mais alto ou dividir os clientes. É preto no branco, o efeito negativo no preço ao consumidor é evidente e as operações contra esse tipo de conduta são crescentes.

Esta foi a primeira vez, contudo, que autoridades criminais brasileiras (e, possivelmente, de qualquer país com uma legislação concorrencial razoável) consideraram uma suposta fixação (sugestão?) de preços de revenda um crime, a ponto de pedirem a prisão de pessoas supostamente envolvidas.

Acontece que, justamente por se tratar de conduta corriqueira, normalmente não implicando efeitos anticoncorrenciais, o legislador propositadamente definiu que práticas como fixação de preço de revenda, acordos de exclusividade ou venda casada não são crimes.

A Lei 12.529/2011 (Lei de Defesa da Concorrência), que alterou a Lei 8.137/1990 (Lei dos Crimes contra a Ordem Econômica), restringiu a tipificação de crime apenas àquelas condutas mais graves, de identificação mais simples e evidentemente danosas em todos os casos: os acordos anticompetitivos, conhecidos como cartéis.

Assim, qualquer discussão sobre fixação de preço de revenda é hoje matéria de análise no âmbito administrativo – nunca criminal. Tais casos são, portanto, investigados pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), autoridade antitruste brasileira, essa, sim, equipada para fazer as análises econômicas e concorrenciais complexas envolvidas em debates dessa natureza.

O cartel é o único crime contra a ordem econômica previsto na legislação que pode resultar em sanções penais para pessoas físicas, porque nele o padrão de prova para condenação se resume à comprovação do acordo ilícito entre concorrentes. Ou seja, os efeitos anticompetitivos são pressupostos a partir da comprovação do acordo.

No Brasil, não há previsão de que condutas que não sejam cartéis possam ser crime. Aliás, ao que se tem conhecimento, fixação de preço de revenda não é crime em lugar algum do mundo civilizado. No máximo, essas políticas comerciais podem configurar uma infração administrativa de pessoa jurídica, e somente após a análise de seus efeitos no mercado.

O precedente aberto é, portanto, inédito e muito perigoso. Como devem os comerciantes brasileiros, atuantes nos mais diferentes mercados, se portar quando práticas comerciais que nunca foram consideradas *per se* ilícitas passam, da noite para o dia, a ser consideradas não apenas ilícitas, mas crimes?

Como irão as empresas se adaptar diante da perspectiva de ter seus funcionários presos por seguirem as orientações comerciais da pessoa jurídica, que por sua vez eram pautadas em uma prática que genuinamente se considerava não ser ilegal, dados a legislação e os precedentes até então?

Qual será a consequência de se proibir uma prática comercial que, no mais das vezes, é legítima e, muitas vezes, pró-competitiva ou mesmo necessária para o bom funcionamento de um mercado? Como evitar que gente inocente vá para a cadeia, se as autoridades criminais não estiverem equipadas (e dispostas) a realizar análises econômicas e concorrenciais adequadas? É esse mesmo o caminho que vamos trilhar?

Vinícius Marques de Carvalho, professor de Direito Comercial da USP, é ex-presidente do Cade.

Eduardo Frade Rodrigues, mestre em Direito, é ex-superintendente-geral do Cade.

Greve da Receita poderá prejudicar comércio exterior

15/08/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo

Servidores querem que regras para a remuneração variável sejam decretadas

Representantes de empresas de terminais portuários e de comércio exterior temem que um possível agravamento da greve dos fiscais da Receita Federal possa começar a impactar a importação e a exportação de produtos.

Funcionários do órgão estão em uma queda de braço com o governo desde o fim de 2017. Eles querem que as regras para a remuneração variável sejam decretadas, conforme previsto por uma lei que permite o bônus.

Houve uma suspensão do movimento, em julho, após reunião entre os sindicalistas e Rodrigo Maia, presidente da Câmara dos Deputados.



Como não houve solução para o impasse, o Sindifisco voltou a decretar greve, e a expectativa é que, nessa retomada, a aderência seja mais forte, segundo Cláudio Damasceno presidente da entidade.

“Não se trata de paralisação, mas de redução de atividades e operação padrão. Começa por unidades internas, mas a tendência é que transborde para [setores aduaneiros de] aeroportos, portos e áreas de fronteira.”

Por enquanto, os dados de intercâmbio comercial estão normais, diz José Augusto de Castro da AEB (Associação de Comércio Exterior do Brasil).

“Não deverá haver cancelamentos de operações, mas, sim, atrasos. Eles implicam alta de custos porque as mercadorias ficam paradas por mais tempo nos portos.”

O movimento dos fiscais é motivo de preocupação, diz Sérgio Salomão, presidente da Abratec (associação dos terminais de contêineres).

“Pode haver transtornos na liberação, e não há nada que esteja ao nosso alcance para mitigar os impactos.”

Dólar sobe cerca de 1% e volta a R\$3,90 com exterior e cena eleitoral local

15/08/2018 – Fonte: Reuters

O dólar subia cerca de 1 por cento nesta quarta-feira, de volta ao patamar de 3,90 reais, com os investidores reagindo ao cenário externo, ainda afetado pela situação da Turquia, e à cena eleitoral brasileira após nova pesquisa eleitoral.

Às 10:17, o dólar avançava 0,90 por cento, a 3,9018 reais na venda, depois de ter recuado 0,78 por cento na sessão passada.

Na máxima dessa sessão, a moeda norte-americana foi a 3,9138 reais. O dólar futuro tinha alta de cerca de 1 por cento.

“O recuo da véspera veio de trégua externa. Hoje, com a retaliação dos turcos, as preocupações voltaram”, afirmou o diretor da consultoria financeira Via Brasil Serviços, Durval Correa.

A Turquia dobrou as tarifas sobre algumas importações norte-americanas, incluindo álcool, carros e tabaco, nesta quarta-feira, em retaliação aos movimentos dos Estados Unidos, mas a lira se recuperava frente ao dólar depois que as medidas de liquidez do banco central tiveram o efeito de sustentar a moeda.

Ancara agiu em meio ao aumento da tensão entre os dois países sobre a detenção de um pastor norte-americano e outras questões diplomáticas na Turquia, que ajudaram a levar a lira a uma queda recorde em relação ao dólar.

O movimento de recuperação da lira era isolado, já que as preocupações com a Turquia faziam demais moedas de países emergentes e o euro caírem ante o dólar, também por conta da exposição de bancos do bloco à Turquia. O dólar também avançava ante uma cesta de moedas

Internamente, pesquisa de intenção de votos para a Presidência da República divulgada pelo Instituto Paraná Pesquisas também contribuía para o mau humor dos investidores.

O candidato do PSL à Presidência da República, Jair Bolsonaro, lidera as intenções de voto para as eleições de outubro com 23,9 por cento de preferência no cenário o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

Marina Silva (Rede) é a segunda colocada, com 13,2 por cento de apoio, em empate técnico com Ciro Gomes (PDT), que registra 10,2 por cento de apoio. Geraldo Alckmin (PSDB) vem a seguir, com 8,5 por cento, à frente de Alvaro Dias (Podemos), com 4,9 por cento, e de Fernando Haddad (PT), com 3,8 por cento.

"A pesquisa trouxe aversão ao risco. Mostrou que Alckmin está parado, o que é um mal sinal para o mercado", afirmou Correa.

O tucano é preferido pelo mercado por considerá-lo um candidato mais voltado às reformas econômicas.

O Banco Central brasileiro realiza nesta sessão leilão de até 4,8 mil swaps cambiais tradicionais, equivalentes à venda futura de dólares para rolagem do vencimento de setembro, no total de 5,255 bilhões de dólares.

Se mantiver essa oferta diária e vendê-la até o final do mês, terá feito a rolagem integral.

IGP-10 de agosto fica em 0,51% ante alta de 0,93% em julho

15/08/2018 – Fonte: Tribuna PR

O Índice Geral de Preços – 10 (IGP-10) avançou 0,51% em agosto, após o aumento de 0,93% registrado em julho, informou a Fundação Getulio Vargas (FGV) nesta quarta-feira, 15.

O resultado ficou abaixo da mediana das estimativas dos analistas do mercado financeiro ouvidos pelo Projeções Broadcast, calculada em 0,60%, a partir das previsões de 0,37% a 0,77%.

No caso dos três indicadores que compõem o IGP-10 de agosto, os preços no atacado medidos pelo IPA-10 tiveram alta de 0,64% no mês, ante uma elevação de 0,99% em julho.

Os preços ao consumidor verificados pelo IPC-10 apresentaram crescimento de 0,14% em agosto, após a alta de 0,78% em julho. Já o INCC-10, que mede os preços da construção civil, teve aumento de 0,46% em agosto, depois de um avanço de 0,92% em julho.

O IGP-10 acumulou um aumento de 6,61% no ano. A taxa em 12 meses ficou positiva em 8,78%.

O período de coleta de preços para o indicador de julho foi do dia 11 de julho a 10 deste mês. O IGP-DI, que apurou preços do dia 1º a 30 do mês passado, subiu 0,44%.

Os preços agropecuários subiram 0,42% no atacado em agosto, após uma queda de 0,83% em julho, dentro do IGP-10. Já os preços dos produtos industriais tiveram alta de 0,72% este mês, após o avanço de 1,61% no atacado em julho.

Dentro do Índice de Preços por Atacado segundo Estágios de Processamento (IPA-EP), que permite visualizar a transmissão de preços ao longo da cadeia produtiva, os preços

dos bens finais tiveram queda de 0,43% em agosto, ante uma elevação de 1,13% em julho.

Os preços dos bens intermediários tiveram avanço de 1,0% em agosto, após alta de 1,99% no mês anterior. Já os preços das matérias-primas brutas apresentaram alta de 1,51%, depois do recuo de 0,42% em julho.

“Brasileiro precisa superar a inflação”, diz ex-presidente da CVM

15/08/2018 – Fonte: Tribuna PR

Para o primeiro presidente da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), o economista Roberto Teixeira da Costa, os brasileiros ainda precisam superar a memória do tempo de inflação descontrolada das décadas de 1980 e 1990 e começar a se planejar para investir no médio e longo prazos.

Ele, que lança nesta quarta-feira, 15, o livro Valeu a pena – Mercado de Capitais: Passado, Presente e Futuro, pela editora da Fundação Getulio Vargas (FGV), diz acreditar que o mercado de capitais no Brasil tem evoluído a passos largos, mas ainda há um longo caminho pela frente.

O lançamento da obra será seguido por uma palestra, às 19h, entre o autor e o superintendente-geral do Centro de Integração Empresa-Escola (CIEE), Carlos Rocca, no teatro da entidade (Rua Tabapuã, 445, Itaim-Bibi, São Paulo). A seguir, trechos da entrevista.

Quais as principais diferenças dos primeiros anos do mercado de ações para a Bolsa de hoje?

Os últimos dez anos foram de profundas mudanças, afetaram muito o mercado. Quando eu comecei, em 1958, havia pouca ou nenhuma interação com o exterior e a informação disponível era próxima de zero. Antes, o investidor comprava ações da Willys Overland e tinha direito a comprar um carro deles com desconto. Era preciso construir um conceito de participação acionária.

O sr. foi presidente da CVM durante a década de 1970. Como foi organizar o mercado de capitais em um País ainda fechado?

Era mais difícil na época, mas o Brasil ainda é fechado. Meu próximo projeto é pesquisar a internacionalização das empresas brasileiras, é investigar junto a empresários os motivos pelos quais o País ainda tem uma cabeça tão fechada.

Foi difícil criar no País uma cultura de investimento em ações?

Culturalmente, sim. O brasileiro se acostumou por muito anos a conviver com uma inflação altíssima, nas décadas de 1980 e 1990. A inflação deseducava, ela desestimulava o investimento em um prazo mais longo, isso teve um efeito perverso e devastador. O brasileiro acabou herdando uma falta de visão, que, de certa forma, continua nos atormentando.

Quais foram e são os maiores empecilhos para o crescimento desse mercado no Brasil?

A taxa de juros do Brasil sempre foi um inimigo mortal para a consolidação do mercado de capitais no Brasil. Era claro que o mercado de renda variável de médio e no longo prazos não conseguiria concorrer com a Selic, os juros básicos. De um ano para cá, foi possível observar uma mudança sensível, com a Selic agora em um patamar mais baixo.

O que ainda é preciso fazer para que a CVM se aprimore?

É preciso solidificar o tripé regulação, desenvolvimento de mercado e educação do investidor. Há uma ampla discussão sobre a necessidade de regulamentar mais o mercado, mas não adianta ter uma legislação específica, as pessoas precisam ser

educadas para a autorregulação. Um dos grandes problemas hoje é que o brasileiro acha que o Estado resolve tudo. A CVM não pode substituir o investidor, a decisão de investir tem de ser dele.

BNDES estuda três projetos sobre risco cambial, diz presidente

15/08/2018 – Fonte: Tribuna PR (publicado em 14-08-2018)

O presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Dyogo Oliveira, disse nesta terça-feira, 14, durante participação no 6º Fórum Lide de Infraestrutura Logística & Mobilidade que o banco está estudando com a Agência Brasileira de Garantias (ABGF) um produto para risco cambial.

“Neste exato momento há três projetos que estão sendo analisados e está se fazendo testes de custos. Hoje sai mais caro captar lá fora do que captar aqui”, disse Dyogo, lembrando que recentemente foi feita uma emissão de Letras Financeiras do BNDES, captando a 102% do CDI.

“Uma captação em um mercado externo chegaria aqui no Brasil após cobertura de risco cambial a quase 130% do CDI. Portanto, eu diria que hoje o que está sendo estudado na ABGF é exatamente o custo dessa proteção cambial que torna o dinheiro mais caro do que captar localmente”, afirmou o presidente do BNDES.

Ele contou essa experiência porque o Brasil tem observado, principalmente nos projetos de infraestrutura, um nível de financiamento (equity) muito baixo. Isso porque os investidores hoje, tanto estrangeiros como os domésticos, colocam pouco capital próprio nos projetos e fazem uma alavancagem muito grande.

Isso, de acordo com o presidente do BNDES, é uma sinalização muito positiva de um lado porque significa que o sistema financeiro brasileiro tem capacidade de prover essa alavancagem.

“De outro lado significa que os investidores estão colocando pouco capital em risco, o que para mim significa percepção de risco elevado. Esse é um elemento que precisa ser considerado”, alertou Dyogo.

A outra questão reside em como se pode oferecer aos investidores a proteção de risco cambial. Por isso, de acordo com ele, nos próximos leilões de aeroportos será mantida, como nos anteriores, uma parcela da outorga atrelada a um indicador de variação cambial.

“Então, havendo uma variação cambial que extrapole aquele patamar, haverá uma redução da outorga. Ou seja, seria o governo assumindo o risco cambial. Essa é uma solução que é viável naqueles projetos em que há pagamento de outorga”, disse, acrescentando que, entretanto, há o estudo com a ABGF.

Caixa tenta impulsionar consignado com garantia do FGTS

15/08/2018 – Fonte: Tribuna PR (publicado em 14-08-2018)

No esforço para tentar alavancar os empréstimos consignados com garantia dos recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), a Caixa Econômica Federal desenvolveu um sistema que permitirá aos bancos segregar parte dos recursos do FGTS de cada trabalhador que serão dados como garantia nos empréstimos. A iniciativa tenta dar mais segurança às instituições financeiras, que não demonstraram apetite em oferecer esse tipo de crédito aos clientes.

O vice-presidente de fundos de governo e loterias da Caixa, Valter Nunes, explicou que o sistema elaborado pela instituição permitirá que bancos façam o bloqueio de até

10% da conta do FGTS do trabalhador que tomar crédito consignado com garantia do Fundo. Nessa operação, o empregado oferece 10% do saldo do Fundo e eventual multa como garantia do empréstimo. Em caso de demissão sem justa causa, o banco credor pode receber diretamente da Caixa as garantias dadas na operação.

O governo acredita que, com a medida, bancos privados terão mais segurança para operar essa linha de crédito. "Vamos apartar numa conta consignada que ficará indisponível durante a vigência do empréstimo. Assim, conseguimos ampliar a característica da garantia", disse o vice-presidente da Caixa.

FGTS distribuirá lucro de R\$ 6,23 bi entre trabalhadores

15/08/2018 – Fonte: Tribuna PR (publicado em 14-08-2018)

Trabalhadores com conta no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço receberão rendimento extra pelo lucro que o próprio Fundo obteve com investimentos no ano passado



Foto: Átila Alberti/Arquivo/Tribuna do Paraná

Trabalhadores com conta no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) receberão rendimento extra de 1,72% pelo **lucro** que o próprio Fundo obteve com investimentos no ano passado. Na média, o rendimento extra representa R\$ 38 para cada uma das 258 milhões de contas.

O dinheiro começa a ser depositado nesta **terça-feira** (14), e todas as contas terão o recurso extra até o dia 31 de agosto. Devem ser beneficiadas 90,7 milhões de pessoas. A remuneração extra é resultado da partilha do lucro do Fundo no ano passado.

Segundo os gestores do FGTS, o resultado somou R\$ 12,46 bilhões, sendo que R\$ 6,23 bilhões serão divididos com os próprios trabalhadores.

Esse é o segundo ano em que metade do lucro do FGTS é distribuído entre os trabalhadores e que o rendimento total fica acima da inflação. O FGTS investe em diversas operações financeiras, como títulos públicos, financiamento de projetos de infraestrutura e no Fundo de Investimento do FGTS (FI-FGTS), entre outras.

Se levar em conta a atualização mensal já paga durante os meses do ano passado, as contas do Fundo tiveram remuneração total de 5,59% no acumulado de 2017. O percentual, destaca a Caixa, foi praticamente o dobro da inflação oficial do período, de 2,95%. Cotistas poderão consultar o valor recebido a partir de 31 de agosto no site da Caixa ou através do aplicativo para telefones celulares.

Trabalhador com deficiência poderá usar FGTS para compra de prótese e órtese

15/08/2018 – Fonte: Tribuna PR (publicado em 14-08-2018)

A partir de quarta-feira, 15, trabalhadores com deficiência poderão sacar recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para compra de órteses e próteses. A

liberação do dinheiro só será feita em casos específicos previstos na lei e com laudo médico. A mudança permite, por exemplo, a compra de cadeiras de rodas, aparelho para ampliação sonora ou óculos para quem tem menos de 30% da capacidade visual.

Segundo o Conselho Curador, poderão sacar recursos trabalhadores com cotas do FGTS que tenham deficiência física ou sensorial definitiva ou temporária há pelo menos dois anos. A liberação de recursos será limitada ao valor da tabela do SUS para cada uma das próteses.

Serão usados parâmetros do chamado Estatuto da Pessoa com Deficiência para estabelecer quem poderá ser beneficiado. A lei prevê o benefício para quem tem perda auditiva de mais de 50 decibéis ou menos de 30% da visão, além das situações permanentes de amputação e paraplegia.

Não são elegíveis trabalhadores com capacidade visual superior a 30%, esquizofrenia ou problemas temporários, como uma fratura no pé. Dessa maneira, não podem ser adquiridas próteses dentárias, cateter ou prótese para esôfago.

Nos casos elegíveis, o médico deverá emitir um laudo eletronicamente por um sistema da Caixa com detalhes, como o código de classificação da doença (CID), o tipo e o nível da deficiência e o código da prótese indicada. Com todos os documentos, o trabalhador poderá sacar o dinheiro previsto na tabela do SUS em qualquer agência da Caixa.

Uma de cada quatro ocupações já utiliza o contrato intermitente

15/08/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo

Modelo está em 642 das 2.469 carreiras, correspondendo a 6% de postos criados de abril a junho

Os contratos de emprego intermitentes, criados em 2017 com a aprovação da reforma trabalhista, já chegaram a uma de cada quatro ocupações do mercado formal.

Entre abril e junho deste ano, 642 de 2.469 carreiras com movimentações de contratação e demissão apareceram nos registros do novo regime, segundo dados do Ministério do Trabalho.

Dos 162 mil postos de trabalho criados no país entre abril e junho deste ano, quase dez mil —ou seja, 6% do total— foram de vagas intermitentes.

Mesmo em junho, quando o total de demissões no mercado formal ultrapassou o de contratações, o saldo de movimentações de intermitentes permaneceu positivo.

O contrato intermitente é caracterizado pela ausência de jornadas fixas regulares. O profissional é chamado de acordo com a necessidade do empregador e pode optar por atender ou não a convocação.

Embora se concentrem em cargos de baixa especialização —como vendedores, serventes e vigilantes—, as contratações de intermitentes também têm sido usadas por empresas para funções que exigem maior qualificação.

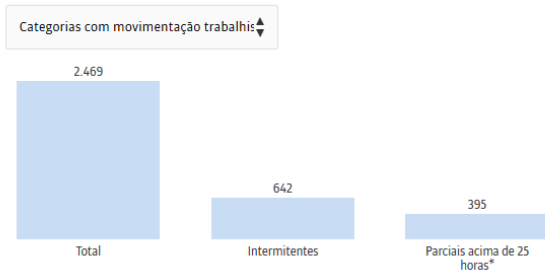
Segundo advogados, há muito interesse dos empregadores pelo novo regime.

"As empresas veem [o intermitente] como opção para momentos de pico de trabalho.

Assim evitam a sobrecarga das equipes e os custos com horas extras", afirma Cleber Venditti, sócio do escritório Mattos Filho.

Adotado com o objetivo de aumentar a flexibilidade no mercado de trabalho, o contrato intermitente é polêmico.

Contrato intermitente chega a uma em cada quatro ocupações

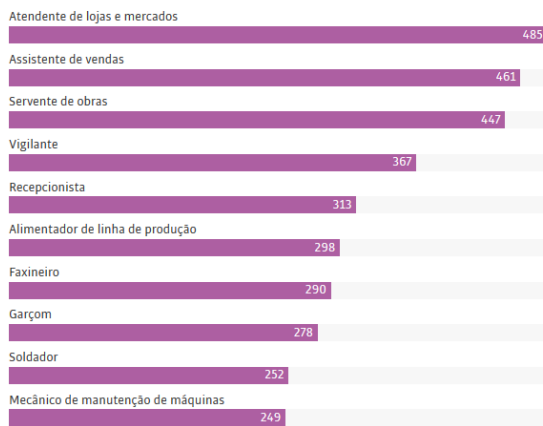


*Outras ocupações com saldo de sete vagas geradas no período foram: professor de nível superior na educação infantil, professor de nível médio no ensino fundamental, recepcionista Fonte: Caged (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados), do Ministério do Trabalho

Entre intermitentes

Entre intermitentes

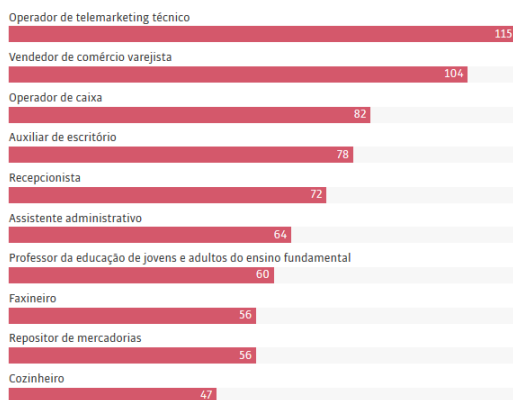
Dez carreiras com mais postos criados (saldo entre contratações e demissões)



Fonte: Caged (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados), do Ministério do Trabalho

Entre parciais*

Dez carreiras com mais postos criados (saldo entre contratações e demissões)



*Os dados incluem apenas contratos parciais com jornada semanal superior a 25 h Fonte: Caged (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados), do Ministério do Trabalho

Seus defensores argumentam que, ao facilitar o registro de empregados temporários, o formato contribuirá para a geração de vagas e para a queda da informalidade.

Já os opositores temem que os novos contratos levem a um aumento da precarização, ao facilitar a troca de funcionários admitidos nos regimes tradicionais —com jornadas de 40 a 44 horas semanais— por mão de obra flutuante.

Para o economista Sergio Firpo, professor do Insper, isso indica que havia uma pressão do mercado de trabalho por contratos mais flexíveis.

No atual contexto de lenta recuperação da economia, a dúvida de especialistas é se os vínculos intermitentes estão se convertendo em horas efetivamente trabalhadas ou se muitos dos profissionais que assinaram os novos contratos têm permanecido a maior parte do tempo na reserva, sem serem convocados.

Como revelou reportagem publicada pela **Folha** em julho, os dados do Ministério do Trabalho ainda não oferecem resposta a essa questão.

Cada novo contrato entra na estatística oficial como uma vaga criada, independentemente das horas trabalhadas pelo novo empregado naquele mês.

O órgão diz estar analisando as informações fornecidas pelos empregadores e que publicará um balanço sobre isso.

Segundo Firpo, é provável que, em momentos de recessão ou crescimento lento, como o atual, os profissionais intermitentes trabalhem menos do que gostariam.

"A renda desses trabalhadores vai refletir de maneira mais imediata o que acontece na economia", diz.

Em compensação, ressalta o pesquisador, eles tendem a passar menos tempo no desemprego.

"Ao facilitar as contratações temporárias, a reforma permite aos empregadores ajustarem sua necessidade de mão de obra mais rapidamente."

Outra vantagem seria permitir a inserção de profissionais que busquem arranjos mais flexíveis.

"O trabalho intermitente é algo que sempre existiu e deveria ter uma regulação. Mas é voltado prioritariamente a quem tem mais disponibilidade de tempo, como ocorre com estudantes e aposentados, e não a quem precisa de ocupação em tempo integral", diz Clemente Ganz Lúcio, diretor-técnico do Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos).

Contratação de autônomos causa polêmica em universidade privada

15/08/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo

Supervisores de estágio dizem ter sido substituídos por profissionais sem registro

No fim das mais recentes férias escolares, fisioterapeutas e enfermeiros contratados como supervisores de estágio dos alunos dessas áreas na Universidade Nove de Julho (Uninove), em São Paulo, foram convocados para uma reunião inesperada.

Divididos em grupos, os chamados preceptores foram recebidos por seus coordenadores e informados de que deveriam se dirigir um a um ao setor de recursos humanos porque estavam sendo desligados.

No departamento, souberam que precisariam oficializar o desligamento do contrato no Saaesp (Sindicato dos Auxiliares de Administração Escolar de São Paulo).



Fachada do prédio da Uninove, na Barra Funda, em São Paulo - Eduardo Anizelli/Folhapress

A entidade confirmou à **Folha** que 130 homologações da Uninove foram marcadas para o mês de agosto.

O caso reflete o tipo de tensão que tem ocorrido após a aprovação da reforma trabalhista e da lei da terceirização, no ano passado.

A reportagem ouviu oito dos ex-funcionários da Uninove que foram desligados nesse processo recente, que pediram anonimato.

Eles afirmam terem sido substituídos por profissionais autônomos e dizem que a suposta troca foi facilitada pelas mudanças na legislação trabalhista.

A universidade afirma que não há ligação entre os cortes e as novas leis.

O Saaesp informa que as homologações só foram agendadas porque, ao renovar recentemente a convenção coletiva da categoria, conseguiu manter uma cláusula que garante sua realização, uma vez que a reforma trabalhista acabou com a obrigatoriedade desse procedimento.

Segundo a entidade, é importante ressaltar esse ponto porque "boa parte dos trabalhadores ignora a atuação dos sindicatos em questões que vão além da discussão do reajuste salarial".

A Fepesp (Federação dos Professores do Estado de São Paulo), por sua vez, questiona o fato de os funcionários desligados terem sido registrados pela Uninove como profissionais administrativos porque, de acordo com a instituição, a supervisão de estágio é compatível com a prática docente.

Marcos Scalécio, juiz do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) de São Paulo, concorda com essa avaliação.

Segundo ele, embora a lei do estágio não diga explicitamente que o supervisor precisa ser um docente, "esse é um papel que somente um professor pode desempenhar".

"Um profissional formado em fisioterapia que supervisiona um estágio na área não está desempenhando uma função administrativa", afirma Scalécio.

Sobre a contratação de autônomos, o juiz afirma que eles não podem desempenhar funções e tarefas que caracterizem vínculo de subordinação, como cumprir uma escala de trabalho.

Os funcionários desligados da Uninove dizem que, desde o fim de 2017, profissionais autônomos começaram a ser contratados para realizar funções de supervisão de estágio, como acompanhar os atendimentos feitos pelos alunos e discutir casos clínicos com eles.

Por isso, havia rumores de que ocorreriam cortes dos fisioterapeutas e enfermeiros com registro em carteira. Mas, de acordo com os profissionais demitidos, eles

acreditavam que as mudanças seriam paulatinas e dizem ter se surpreendido com o desligamento simultâneo.

A Uninove não quis dar entrevista sobre o assunto.

Em uma nota enviada à reportagem, a assessoria de comunicação da universidade afirmou que "não há aderência entre as ações adotadas pela universidade e a pauta em questão", em referência a uma pergunta sobre o possível vínculo entre os cortes e as mudanças das leis trabalhistas.

No texto, a Uninove também destacou que "realiza contratação atendendo ao que dispõe a legislação em vigor e as normas que regem as categorias".

As demissões na Uninove acontecem na esteira de uma série de cortes em empresas de ensino superior no ano passado, logo após a entrada em vigor da reforma trabalhista --movimento que os sindicatos interpretaram como reflexo da mudança na legislação.

No início de dezembro, a Estácio demitiu mais de mil professores, sendo seguida por outras instituições que cortaram em menor intensidade.

Para Celso Napolitano, presidente da Fepesp, as recentes demissões compõem um cenário de "precarização geral da atividade".

Um dos pontos criticados por Napolitano é o fim das homologações obrigatórias de planos de carreira dos professores no Ministério do Trabalho.

"Agora qualquer empresa pode estabelecer os níveis salariais dos professores de acordo com a sua conveniência. Elas não precisam mais obedecer a critérios transparentes de mérito, título e tempo de serviço", afirma Napolitano.

Já há profissionais com diploma universitário em trabalho intermitente

15/08/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo

Parte desses profissionais entra na modalidade para postos com menos qualificação

No segundo trimestre, profissionais com ensino superior incompleto ou completo ocuparam 10% das vagas geradas para intermitente —considerando o saldo entre contratações e demissões— em carreiras como enfermagem, magistério e engenharia.

Entre os especialistas, esse avanço alimenta o temor de que a reforma nas regras da CLT pode contribuir para uma inserção precária no mercado de trabalho.

Um exemplo está entre os profissionais com ensino superior que não conseguem trabalho em suas áreas e acabam por aceitar vagas menos qualificadas dentro das novas regras mais flexíveis.

Segundo Cleber Venditti, sócio do escritório Mattos Filho, a nova modalidade vem sendo usada por segmentos que tradicionalmente já empregam mão de obra rotativa em datas de maior movimento, como varejo. Mas também tem sido vista como solução para tarefas eventuais, como fechamento de balanços nas empresas e plantões médicos.

Os dados do Ministério do Trabalho mostram que há casos de trabalhadores com ensino superior completo contratados como intermitentes em vagas que pedem menos qualificação, como de recepcionista, garçom e auxiliar de escritório.

O mesmo ocorre com a contratação em jornada parcial, também criada pela reforma trabalhista.

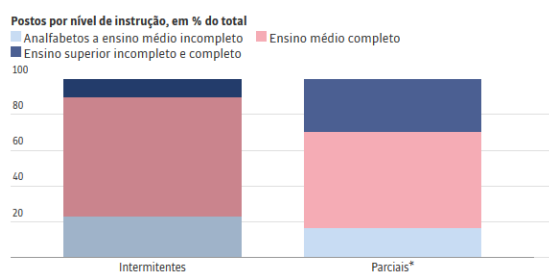
Funcionários admitidos nesse regime podem agora trabalhar até 30 horas por semana, ou 26 horas mais seis horas extras. Antes, o teto era de 25 horas semanais.

Um total de 395 ocupações teve movimentações trabalhistas no regime de jornada semanal superior a 25 horas, entre abril e junho. Isso resultou em um saldo de 1.833 novas vagas, das quais 29,3% foram ocupadas por profissionais com ensino superior completo ou incompleto.

Entre as carreiras qualificadas que mais geraram postos parciais estão professores, fisioterapeutas e preparadores físicos. Mas há também profissionais com diploma atuando como operador de caixa.

Na opinião de especialistas, é cedo para fazer um balanço dos resultados da reforma. Embora os saldos de contratações intermitentes e parciais estejam positivos, ainda são números pequenos.

Trabalhadores qualificados estão entre os admitidos



*Os dados incluem apenas contratos parciais com jornada semanal superior a 25 h. Fonte: Caged (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados), do Ministério do Trabalho

A advogada Mihoko Sirley Kimura, sócia do escritório Tozzini Freire, explica que é preciso dar tempo para que as formas de contratação mais flexíveis gerem impacto nas cadeias produtivas.

Ela ressalta que, como há candidatos à Presidência que questionam a reforma trabalhista, existe certa insegurança. "Não dá para mudar parte do processo produtivo nessa instabilidade", afirma.

Segundo advogados, ainda há dúvidas jurídicas que freiam um número maior de contratações, principalmente no caso dos intermitentes.

A medida provisória 808, que regulamentava questões como recolhimentos previdenciários, caducou em abril, deixando no ar questionamentos.

"A medida provisória clareava pontos que, hoje, sem esclarecimentos, podem levar à judicialização", afirma o advogado trabalhista Alan Balaban.

PIB mensal calculado pelo Itaú Unibanco sobe 1,4% em junho

15/08/2018 – Fonte: Tribuna PR (publicado em 14-08-2018)

A atividade econômica voltou a subir em junho após o recuo de 1,2% em maio, conforme o PIB mensal Itaú Unibanco (PM-Itaú). O índice apresentou expansão de 1,4% no sexto mês do ano ante o anterior. Na comparação com junho de 2017, sem ajuste, houve crescimento de 1,6%. No segundo trimestre, o indicador fechou com alta de 0,5% em relação ao período imediatamente anterior (0,3%). O resultado superou a projeção de 0,3% para o PIB do segundo trimestre.

"Com o resultado de 1,4%, o indicador voltou ao nível de abril anterior à paralisação dos caminhoneiros, porém, sem compensar o que deixou de ser produzido em maio", analisa a nota assinada pelos economistas Artur Manoel Passos e Alexandre Gomes da Cunha.

Para julho, o banco estima ligeira elevação de 0,2% do PM-Itaú, com base em indicadores coincidentes já divulgados. Segundo a instituição, os principais dados mensais indicam um quadro de normalização. O Itaú menciona a produção industrial, que voltou aos patamares anteriores à paralisação dos caminhoneiros, mas insuficiente para repor as quedas do quinto mês do ano.

"A receita real do setor de serviços compensou parte das perdas ou seja, apresentou valor ligeiramente acima do observado em abril, e as vendas no varejo no conceito ampliado cresceram em junho, mas sem voltar ao mesmo nível de abril", menciona.

Comercializadoras de energia expandem negócios em meio a bom momento no setor

15/08/2018 – Fonte: DCI (publicado em 14-08-2018)

Comercializadoras de energia estão diversificando negócios, com investimento em novas áreas que vão de geração a baterias e tecnologia, em meio a uma expansão acelerada do chamado mercado livre de eletricidade.

O movimento, que também passa pela criação de novas empresas no próprio setor de comercialização, incluindo em outros países, é puxado pelo aumento da concorrência com o bom momento do mercado, que levou o número de comercializadoras a saltar 50 por cento desde 2015.

As comercializadoras têm se fortalecido com negócios com grandes consumidores, como indústrias, que podem negociar contratos de suprimento no mercado livre a preços em geral mais atrativos que os cobrados pelas distribuidoras.

A Tradener, por exemplo, aposta na expansão para geração. A empresa conquistou em um leilão do governo em 2016 a autorização para construir uma pequena hidrelétrica e está de olho em mais ativos para investir 850 milhões de reais até 2020.

"Temos acompanhado algumas oportunidades tanto em pequenas hidrelétricas quanto em eólicas. Ter ativos de geração no portfólio dá maior solidez ao balanço e aumenta a credibilidade nas operações como comercializadora. É algo bem visto no mercado e interessante também como diversificação", disse à Reuters o diretor de Novos Negócios da Tradener, Ricardo Aquino.

Ele afirmou que a empresa pode participar com três projetos de pequenas usinas hídricas em um leilão do governo em agosto que contratará projetos para entrega em 2024, o chamado "A-6".

Já em eólicas a Tradener quer comprar um projeto operacional de pequeno porte e investir na expansão da usina para atender seus clientes no mercado livre. A empresa avalia que o negócio pode ser fechado em 2019 e envolver 150 megawatts em capacidade.

Na Comerc Energia, os primeiros passos além da comercialização foram a prestação de consultoria em eficiência energética e geração solar. Mas somente neste ano o grupo lançou mais duas iniciativas: uma voltada a projetos de armazenamento de energia com baterias (MicroPower-Comerc) e uma empresa de tecnologia (Doc88).

"Muitas das comercializadoras focam mesmo no 'trading', na compra e venda de energia... mas tem algumas que estão indo mais para o lado dos serviços. A gente

tem feito isso bastante, buscado virar uma empresa de soluções", disse à Reuters o presidente da Comerc, Cristopher Vlavianos.

A MicroPower-Comerc atuará na montagem de modelos financeiros e comerciais que possam viabilizar projetos com baterias para clientes, enquanto a Doc88 vai desenvolver e vender serviços e sistemas para terceiros.

"Tem uma série de outros serviços que você pode oferecer para o cliente e que podem agregar valor. Tem várias comercializadoras olhando esse lado também", apontou Vlavianos.

Outra comercializadora que tem seguido essa toada é a Ecom Energia, que passou a assessorar clientes interessados em instalar sistemas de geração própria, como placas solares em telhados, e ainda começou a investir em geração, mas no Chile.

"Estamos construindo uma usina que deve ficar pronta até o final do ano", disse o diretor de Relacionamento da Ecom, Celso Concato.

Ele disse que o movimento do grupo também acontece devido ao crescimento das comercializadoras nos últimos anos, que aumenta a concorrência no setor. Tanto Econ quanto Comerc e Tradener fazem parte da primeira geração de empresas do ramo, criadas do final dos anos 90 aos anos 2000, no início do mercado livre de energia.

"A ideia é ter também um negócio mais estável. Energia virou uma 'commodity'. (Com a diversificação) buscamos fomentar uma sustentabilidade adicional para o negócio", explicou Concato.

Existem hoje 239 comercializadoras ativas, segundo a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), além de 36 com processo de registro iniciado. No final de 2017 eram 219.

A liquidez das operações do mercado livre cresceu cerca de 70 por cento desde 2015, quando uma disparada na tarifa das distribuidoras aumentou o interesse de consumidores e comercializadoras pelo segmento.

COMERCIALIZAÇÃO TAMBÉM EXPANDE

A expansão das comercializadoras, no entanto, não está restrita a novos setores. As empresas também têm investido em novas iniciativas em seu próprio segmento, incluindo no exterior.

A Ecom, por exemplo, passará a operar com 'trading' de energia no Chile após inaugurar sua usina. A empresa também já mira outros mercados.

"Além do Chile a gente olha outros países, como Peru, Colômbia, Argentina. Ano que vem vamos nos aprofundar mais nesses mercados... pode acontecer de já em 2019 abriremos operação", afirmou Concato.

Já a Comerc Energia lançou na semana passada uma nova comercializadora no país, a NewCom que vai aproveitar a estrutura física já existente da Comerc para ampliar operações com energia. Ela será comandada pelo ex-presidente da unidade de comercialização da CPFL Energia, Daniel Marrocos.

Segundo o presidente da Comerc, a NewCom ajudará a reduzir riscos na comercialização e ainda possibilitará a busca por oportunidades com graus diferenciados de risco em relação às operações da empresa-mãe.

Rumo critica demora na prorrogação de concessões ferroviárias

15/08/2018 – Fonte: Tribuna PR (publicado em 14-08-2018)

O presidente da Rumo, Julio Fontana Neto, criticou a demora no processo de prorrogação antecipada de concessões ferroviárias, situação que, em sua visão, tem levado à estagnação do setor e do próprio País, que acaba sem investimentos bilionários em um modal tão relevante ao transporte de cargas.

“Estamos propondo mais do que dobrar a capacidade física da ferrovia e a gente não consegue rapidamente executar uma coisa de tamanha necessidade como essa”, disse em painel do 6º Fórum Lide de Infraestrutura Logística e Mobilidade.

Há cinco projetos de prorrogação antecipada de concessões ferroviárias habilitados no Programa de Parcerias de Investimentos (PPI). O mais adiantado é o da Malha Paulista (operada pela Rumo), que, após idas e vindas, está próximo de ter seus documentos enviados ao Tribunal de Contas da União (TCU) para aprovação final.

A questão das prorrogações antecipadas no setor ferroviário se arrasta há pouco mais de um ano, desde que se tornou uma possibilidade com a Lei 13.448/2017. Na segunda-feira, 13, a procuradora-geral da República, Raquel Dodge, entrou com uma ação no Supremo Tribunal Federal (STF) contra artigos na lei relacionados às concessões ferroviárias. Para a PGR, os critérios definidos pela lei para a prorrogação antecipada de contratos de concessão ferroviária são inconstitucionais.

Em sua participação no fórum do Lide, o presidente da Rumo avaliou que a fonte dos problemas dos investimentos em infraestrutura no Brasil está na insegurança jurídica, que dificulta a tomada de decisão por parte do empresariado. Para o executivo, os projetos apresentados pelo governo federal dificilmente atrairão interessados se a segurança jurídica não for reforçada.

Também presente no fórum, o secretário dos Transportes Metropolitanos do Estado de São Paulo, Clodoaldo Pelissioni, comemorou a solução encontrada para o Ferroanel Norte, cuja construção passou a ser vinculada à prorrogação antecipada da concessão da MRS. Ele disse ver um “bom cenário” para a obra, mas salientou que ela também depende do andamento das prorrogações no setor.

ANTT diz em audiência que concessões rodoviárias ‘estão à beira do caos’

15/08/2018 – Fonte: Tribuna PR (publicado em 14-08-2018)

As concessões rodoviárias estão à beira do caos, afirmou nesta terça-feira, 14, o diretor-geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), Mario Rodrigues, em audiência pública na Câmara dos Deputados. Diante do risco iminente de insolvência das concessionárias, principalmente as da chamada Terceira Etapa, ele propôs que a revisão quinzenal dos contratos, que está em andamento, seja ampliada para reequilibrá-los.

Por exemplo, as projeções para o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) dos estudos que embasaram as concessões, que são de 2%, deveriam ser ajustadas conforme as estimativas do Focus.

As multas já aplicadas por inadimplência deveriam ser arquivadas. E os cronogramas de investimento, alongados para ocorrerem conforme a demanda. São mudanças requeridas há anos pelas concessionárias.

O diretor informou que a agência já dispõe de instrumentos legais para fazer tudo isso. Não fez esses ajustes por receio de problemas com a Justiça, o Ministério Público e o Tribunal de Contas da União (TCU).

“Solução, nós temos. Mas vai depender de como isso vai ser interpretado”, disse.

Com caminhoneiros, economia cai quase 1% no segundo trimestre, diz BC

15/08/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo

Paralisação, ocorrida em maio, causou queda na atividade econômica

A atividade econômica, fortemente impactada pela paralisação dos caminhoneiros em maio, caiu 0,99% no segundo trimestre, divulgou o Banco Central nesta quarta-feira (15).

A alta de 3,29% do IBC-Br (Índice de Atividade Econômica do BC) em junho, na comparação com maio, foi suficiente para recuperar a queda 3,28% no mês anterior, mas não foi capaz de fazer o índice fechar o trimestre no positivo, interrompendo assim cinco períodos seguidos no azul.

Nos três primeiros meses do ano, o avanço foi de 0,2%.

Em maio o país sofreu com a paralisação dos caminhoneiros, que prejudicou diretamente a atividade e abalou ainda mais a confiança de empresariado e consumidores.

Indicadores após esse período já mostraram alguma recuperação, mas não o suficiente para evitar que as projeções dos agentes econômicos sobre o PIB não sofressem reduções para este ano.

Em junho, por exemplo, a produção industrial brasileira saltou 13,1% sobre o mês anterior, apagando os efeitos negativos provocados pela paralisação nas rodovias.

Na mais recente pesquisa Focus, feita pelo BC junto a uma centena de economistas todas as semanas, a projeção para o crescimento do PIB (Produto Interno Bruto) passou a 1,49 % este ano, frente a 3% há poucos meses.

Ainda que a inflação e os juros sigam em níveis baixos, o desemprego elevado tem contido o consumo, barrando melhora mais significativa da economia num ano também marcado por incertezas ligadas às eleições presidenciais, quadro que tem entrado com cada vez mais força no radar dos agentes econômicos.

O IBGE divulga os dados do PIB do segundo trimestre no dia 31 de agosto. De janeiro a março de 2018, o crescimento foi de 0,4% sobre os três meses anteriores, marcando o quinto período seguido no azul, com ajuda da agropecuária.

O IBC-Br já foi considerado uma "prévia" do PIB, mas deixou de ser usado desta forma, já que os resultados podem não ser próximos aos do IBGE.

Greve de caminhoneiros provocou perdas irreparáveis aos serviços, diz IBGE

15/08/2018 – Fonte: Tribuna PR (publicado em 14-08-2018)

Apesar da recuperação registrada pelo setor de serviços em junho, as perdas provocadas pela greve dos caminhoneiros no mês de maio são irreparáveis, avaliou Rodrigo Lobo, gerente da Coordenação de Serviços e Comércio do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O volume de serviços prestados cresceu 6,6% em junho ante maio, após um recuo de 5,0% no mês anterior. O avanço de junho foi suficiente para levar os serviços a um

patamar superior ao de abril, antes que o bloqueio de estradas por todo o País prejudicasse a atividade.

Segundo Lobo, embora o volume de serviços prestados supere o nível de abril, a perda do mês seguinte já foi assimilada à trajetória do segmento no ano.

“No final do ano, se a gente tiver resultado positivo para o setor de serviços, ele teria sido maior ainda se não fosse a greve de caminhoneiros, que provocou perdas irreparáveis. Se for negativo, ele poderia ter sido menos negativo se não fosse a greve”, resumiu Lobo.

O desempenho extraordinário dos serviços em junho ante maio, com a maior elevação da série histórica, teve influência do salto recorde de 23,4% no transporte terrestre. Com estoques elevados por conta da paralisação, o setor produtivo pode ter contratado mais serviços de frete que o habitual, para dar conta de escoar o que ficou enalhado em maio.

“O cenário mais provável é que tenha sim em transportes algum tipo de devolução desse crescimento mais acentuado de junho na série ajustada sazonalmente”, previu Lobo. “Tanto a parte de serviços deve devolver um pouco, quanto a parte de transporte de cargas também. A base de comparação está extremamente elevada para esse segmento”, completou.

Montadora lucra quase € 10 bi no 1º semestre

15/08/2018 – Fonte: Isto É

Embora a empresa registre prejuízo na América do Sul, a operação global da Volkswagen registrou lucro de € 9,8 bilhões no primeiro semestre, cifra quase 10% acima do resultado de igual período de 2017, mesmo com o escândalo conhecido como Dieselgate, que levou a empresa a perder participação de mercado em sua casa, a Alemanha.

A companhia vendeu globalmente 11 milhões de veículos com um sistema que fraudava a medição de emissões de poluentes, o que lhe rendeu prejuízos de x 25 bilhões, boa parte em ações judiciais. Só no primeiro semestre foi pago x 1,6 bilhão a clientes que foram à Justiça.

Na primeira metade do ano, o grupo, que detém 12 marcas, vendeu em todo o mundo 5,5 milhões de veículos, 7,15% a mais que entre janeiro e junho do ano passado, mantendo-se como líder em vendas, posto que tirou da Toyota no ano passado.

Novo veículo compacto global da Volks deve ser desenvolvido no País

15/08/2018 – Fonte: Tribuna PR

Em uma visita que durou pouco mais de 12 horas à unidade de São Bernardo do Campo, no ABC paulista, onde se reuniu com a direção local da empresa, concessionários e dirigentes sindicais, o presidente mundial da Volkswagen, Herbert Diess, disse na terça-feira, 14, que o País está cotado para desenvolver um novo carro compacto global da marca para ser lançado após 2020, quando o grupo deverá iniciar um novo ciclo de investimentos no Brasil.

Voltado para mercados de toda a América Latina, mas com possibilidades de ir para outras regiões, seja por exportação ou produção local, o modelo a ser criado pela engenharia brasileira deve ser o substituto do Gol que, junto com o up!, são os atuais produtos da marca nesse segmento, que responde por cerca de metade das vendas no País. Na conversa com os sindicalistas, deixou claro que precisa da contribuição de todos para que o projeto seja economicamente viável. “A fábrica precisa ser muito

competitiva”, afirmou Diess, sem dar detalhes sobre qual das três plantas estaria mais apta para o projeto.

Para produzir o novo Polo e o Virtus no ABC, a empresa também fez acordos com os trabalhadores que, em razão da crise, abriram mão de reajustes salariais e, por um tempo, aceitaram trabalhar com jornadas e salários reduzidos.

Diess afirmou ainda que, nos piores momentos da crise, a direção mundial da Volkswagen chegou a pensar em fechar uma de suas três fábricas de automóveis no Brasil. Com capacidade para 800 mil veículos por ano, em 2016 a produção beirou 300 mil unidades. “Mas já decidimos que vamos manter a capacidade atual”, afirmou.

O plano de investimento para o período de 2017 a 2020, de R\$ 7 bilhões, não inclui aumento de capacidade. Prevê modernização das fábricas e 20 lançamentos, dos quais faltam dez.

O foco principal são os utilitários-esportivos, segmento que mais cresce em vendas no País e do qual a marca não participa com produtos locais. Serão cinco novos SUVs. Um deles, o T-Cross, será produzido na unidade de São José dos Pinhais (PR) no fim do ano para início de vendas no primeiro semestre de 2019. Uma nova picape também será apresentada em novembro.

Confiante no desempenho da marca no Brasil, onde as vendas de janeiro a julho cresceram 34%, para 197,8 mil unidades, enquanto o mercado total teve alta de 14%, Diess espera retorno da empresa à lucratividade no próximo ano. A Volkswagen opera no vermelho na América do Sul desde 2013. O Brasil, sozinho, responde por quase 70% das vendas na região.

Global

Diess esteve no Brasil em novembro, quando ainda era presidente global da marca Volkswagen. Ele assumiu a presidência global e abriu, em substituição a Mathias Müller. Sobre o recente entendimento com a Ford, para o desenvolvimento conjunto de veículos comerciais leves, o executivo disse apenas que os estudos ainda estão em fase inicial.

Hyundai completa 1 milhão de veículos produzidos no Brasil

15/08/2018 – Fonte: Automotive Business (publicado em 14-08-2018)



A partir da esquerda: Barjas Negri (prefeito de Piracicaba), cônsul Hak You Kim, Eduardo Jin (presidente Hyundai Brasil), Marcos Jorge (MDIC) e Marcos Monteiro (InvesteSP)

Volume é alcançado em tempo recorde: menos de seis anos desde a inauguração da fábrica de Piracicaba

A **Hyundai** completou no último dia 2 o total de **1 milhão de veículos produzidos** em sua fábrica de Piracicaba (SP), desde a inauguração da unidade, em setembro de 2012, conforme adiantado por **Automotive Business**. Para marcar o feito, a empresa realizou duas comemorações: a primeira, na própria fábrica e na mesma data em que completou o volume, com a presença de funcionários, e uma segunda cerimônia, realizada na terça-feira, 14, na capital paulista e na qual apresentou a edição especial

e comemorativa 1 Million dos modelos Creta e HB20, limitada a 4,5 mil unidades e **que começa a ser vendida nesta semana.**

"Este é um novo recorde para a indústria brasileira: nenhuma outra marca alcançou um milhão em produção no curto tempo de cinco anos e dez meses. Durante este período, celebramos muitos feitos: gostaria de destacar hoje a conquista da quarta posição em vendas no ano de 2016, quebrando a hegemonia de 40 anos das marcas mais tradicionais. E estou certo de que vamos celebrar já no começo de setembro o marco de 1 milhão de veículos vendidos, pois temos uma rede de concessionárias competente e dedicada, a quem agradeço", declarou o presidente da Hyundai, Eduardo Jin.

O executivo, **que voltou ao Brasil recentemente para assumir o cargo no lugar de William Lee**, discursou para uma plateia que contou com a presença do cônsul geral da Coreia do Sul em São Paulo, Hak You Kim, do ministro da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC), Marcos Jorge, do diretor da Investe São Paulo, Marcos Monteiro, que também representou o governo do estado, e do prefeito de Piracicaba, Barjas Negri, além de outros executivos da empresa e concessionários da marca.

O diretor de vendas, marketing e pós-venda da Hyundai, Angel Martinez, reforçou que o volume total de vendas de 1 milhão de veículos será alcançado em uma questão de dias. "E posso garantir que o marco de 2 milhões de unidades vendidas será alcançado muito mais rápido", declarou.

O executivo falou sobre o desafio da **Hyundai em atender a crescente demanda do mercado com uma fábrica que está no limite de sua capacidade produtiva.** Atualmente operando em três turnos, a unidade de Piracicaba emprega 2,7 pessoas e tem capacidade para 180 mil veículos por ano.

Hyundai ainda sem plano B para fábrica de Piracicaba

15/08/2018 – Fonte: Automotive Business (publicado em 14-08-2018)



Fábrica da Hyundai em Piracicaba trabalha opera no limite da capacidade
Unidade que produz HB20 e Creta opera em três turnos e no limite de sua capacidade

A **Hyundai** está avaliando todas as opções possíveis para aumentar o ritmo de produção de sua fábrica em Piracicaba, no interior paulista, a fim de atender ao máximo a demanda de um mercado que voltou a crescer.

A unidade, que acaba de completar seu primeiro milhão de veículos produzidos em tempo recorde – apenas 5 anos e 10 meses após a inauguração, em setembro de 2012 – opera no limite de sua capacidade, de 180 mil veículos por ano, com três turnos de trabalho ininterruptos desde 2013 para entregar as versões hatch e sedã do HB20, que responde por 70% da produção, e do SUV Creta, cujo volume representa 30% do total montado pela fábrica.

Prestes a completar também o volume de 1 milhão de veículos vendidos, que deve ser alcançado nos próximos dias, a marca tem uma importante equação a resolver: embora a montadora e todas as 212 revendas que compõem a rede de concessionárias comemorem o sucesso de vendas de ambos os modelos, a companhia não consegue

mais acompanhar a demanda do mercado: a falta de produto já fez a participação da Hyundai cair do pico de 10% alcançado em 2016, quando atingiu a quarta posição no ranking de vendas para os atuais 8%.

A estratégia mais óbvia, neste caso, é a ampliação da fábrica, o que demandaria investimentos adicionais aos US\$ 830 milhões já aplicados na unidade, que consumiu US\$ 700 milhões para a construção da unidade fabril e do centro de pesquisa e desenvolvimento, além dos US\$ 130 milhões utilizados para a introdução do Creta na unidade.

"O que posso dizer é que não há nenhuma definição no curto prazo. Estamos sempre explorando as maneiras de tirar ainda mais da fábrica, avaliando tudo e todas as opções, enquanto não há uma definição de ampliação", afirma o diretor de vendas, marketing e pós-venda, Angel Martinez.

Segundo o executivo, a empresa mantém a postura de monitorar de perto a situação econômica a fim de avaliar o tempo adequado para uma expansão. Martinez lembra que atualmente a planta de Piracicaba opera os três turnos em cinco dias da semana e um turno no sábado.

"No ano passado, já aumentamos o ritmo da linha de 34 para 36 veículos por hora. Teoricamente, conseguiríamos elevar a capacidade aumentando o ritmo da linha ou adicionando algumas horas no sábado", disse.

Martinez admite a dificuldade da Hyundai em acompanhar o mercado e que há sim o risco de perder participação nas vendas. Além da falta de mais capacidade, a montadora enfrenta gargalos de fornecedores locais, como o de pneus, por exemplo, que ainda não consegue entregar todo o volume necessário por conta do reaquecimento das vendas.

Mas nem tudo é a metade vazia do copo: tudo o que a unidade de Piracicaba produz é entregue imediatamente para venda, com maioria esmagadora impulsionada pelo varejo nacional, uma vez que as vendas diretas da montadora ainda representam uma fatia abaixo da média de outras marcas, que varia de 40% a quase 70%.

Segundo Martinez, de janeiro a julho deste ano, apenas 6% da produção do Creta foi destinada às vendas para pessoas jurídicas, sendo que nenhuma unidade do modelo foi vendida para locadoras até agora. Já para o HB20, a proporção em vendas diretas está em 19%.

A abrangência geográfica também não é um problema: a rede é hoje composta por 212 pontos de venda está presente em todas as principais capitais e cidades de interior. O plano atual prevê a abertura de cinco a dez concessionárias. "Esperamos abrir de forma muito pontual, em praças secundárias, mais focados em facilitar o atendimento ao cliente do que pela falta de cobertura local", enfatiza.

Por outro lado, a limitação produtiva fez com que a marca esgotasse sua capacidade para atender o mercado de PCD – pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, que têm isenção de impostos na compra de veículos.

"Houve um aumento de quase 90%: em 2017, chegamos a uma produção pouco abaixo das 10 mil unidades dedicado ao mercado de PCD e este ano estamos com 18 mil, não foi possível atender toda a demanda", reforça Martinez.

A falta de capacidade também afeta as exportações: a Hyundai exportou menos de 3 mil unidades de Creta e HB20 em 2017 para Bolívia, Paraguai e Uruguai. "Não estamos explorando mais porque estamos priorizamos o mercado interno."

Iochpe-Maxion terá roda de liga leve flexível

15/08/2018 – Fonte: Automotive Business (publicado em 14-08-2018)



Inovação foi revelada pela empresa durante comemoração de 100 anos

A empresa brasileira **Iochpe-Maxion**, líder mundial na fabricação de rodas automotivas, está desenvolvendo com a Michelin um modelo de **liga leve flexível** para equipar veículos premium. O anúncio foi feito na terça-feira, 14, pelo CEO da companhia, Marcos Oliveira, durante evento de comemoração de 100 anos da Iochpe-Maxion.

A roda está em testes com duas montadoras da Europa e da Ásia, em veículos que usam rodas com aros de grandes dimensões. O desenvolvimento estaria em fase avançada, mas Oliveira não informa quando o lançamento vai ocorrer.

Durante a apresentação, o CEO da Iochpe-Maxion mostrou que a nova roda é capaz de enfrentar buracos e outros obstáculos sem quebrar ou trincar. Ela acompanha a deformação do pneu e depois volta para seu diâmetro normal.

A estreia ocorrerá em carros de luxo, mas existe a possibilidade de aplicação em outros veículos, caso seja alcançado um custo compatível. Marcos Oliveira recorda que as rodas são o terceiro item a ser definido no design de um novo carro, pois seu estilo determina o aspecto lateral do veículo. Além da roda flexível a Maxion lançará no fim 2019 rodas de liga leve coloridas para os segmentos B e C, por meio do projeto MCPA, de aplicação multicolor. Também está em desenvolvimento uma roda que acumula menos sujeira.

31 FÁBRICAS EM 14 PAÍSES

As rodas automotivas respondem por 82% dos negócios da Iochpe-Maxion. A empresa foi criada em 1918 no setor de madeira e atualmente tem seu principal foco na indústria automobilística, mas atua também no segmento de ferrovias. Tem 31 fábricas em 14 países e emprega cerca de 15 mil pessoas.

É uma empresa brasileira com atuação global que produz mais de 60 milhões de rodas por ano e ainda tem a maioria de suas ações sob controle da família Ioschpe. A receita operacional foi de R\$ 7,5 bilhões em 2017 e já alcançou R\$ 4,5 bilhões no primeiro semestre de 2018. Segundo a companhia, 75% das receitas são provenientes de negócios no Brasil.

As rodas de alumínio são responsáveis por 33,9% dos negócios da companhia, enquanto as rodas de aço respondem por 27,7% (ambas para veículos leves). As rodas para veículos comerciais representam 20,2% dos negócios. O restante é completado por componentes estruturais de veículos comerciais, especialmente picapes.

No primeiro semestre de 2018 a Iochpe-Maxion investiu R\$ 168 milhões para a expansão de sua capacidade na fabricação com alumínio na Europa e América do Norte, na estamparia de veículos pesados na região Nafta e em uma nova fábrica de rodas de liga leve na Índia. Por causa do tamanho potencial do mercado indiano, essa é a grande aposta da empresa brasileira para o futuro próximo.

Mundialmente, a Maxion detém 18% do mercado de rodas de aço e cerca de 5% do segmento de rodas de alumínio. A empresa não fabrica calotas, mas desenvolveu rodas de aço com design e acabamento que lembram as de liga leve – a estreia desse produto ocorreu no Renault Kwid e esse é um novo negócio a ser explorado.

Segundo Marcos Oliveira, o design das rodas é um fator muito importante para as montadoras. Os maiores clientes da Iochpe-Maxion em nível mundial são a Daimler, o Grupo Volkswagen, a Ford e a Aliança Renault Nissan Mitsubishi.

O consumidor brasileiro se mostra cada vez mais exigente quando se trata de rodas de liga leve e essa opção (que custa cerca de quatro vezes mais que as de aço) já equipa quase 50% dos carros zero-quilômetro no País; no mundo essa proporção é de 25%. Mas os modelos de aço ainda formam um mercado bastante promissor porque carros de locadoras e de motoristas de aplicativo (em que as vendas estão crescendo) não necessitam do visual mais atraente das rodas de alumínio.

A reunião com a imprensa mostrou que a Iochpe-Maxion completa seu centenário com uma visão mais contemporânea em termos de comunicação. Embora a maioria dos carros que saem das montadoras use rodas da Maxion, poucos consumidores sabem que elas são produzidas no Brasil por uma empresa que tem uma força mundial rara no segmento de autopeças.

Kawasaki renova “Ninjinha” com motor de 400 cc

15/08/2018 – Fonte: Automotive Business (publicado em 14-08-2018)



Segundo a Kawasaki, todo o projeto da Ninja 400 é novo e resultou em uma moto 4 kg mais leve que a 300. Esportiva pequena passou de 39 para 48 cavalos e começa em R\$ 23.990

A menor das esportivas **Kawasaki** cresceu pela segunda vez no Brasil e virou Ninja 400. O novo modelo tem preço inicial de R\$ 23.990 e chega às revendas até a metade de setembro. Seu motor atual de 399 cc manteve a configuração de dois cilindros, mas produz 48 cavalos, 9 cv a mais que a antiga Ninja 300 e 15 cv a mais que a versão de 250 cc.

A “Ninjinha” é o principal produto da Kawasaki no Brasil desde que a marca inaugurou a própria fábrica em Manaus, em 2009. A soma das versões de 250 e 300 cc produzidas daquele ano até julho de 2018 passa de 24 mil unidades. Equivale a 36% das 66,9 mil Kawasaki montadas no Brasil nesse período.

De acordo com a fabricante instalada em Manaus, tanto o quadro como o motor da Ninja 400 são novos e resultaram numa moto quatro quilos mais leve que a versão anterior, apesar do aumento de cilindrada.

O peso total é de 168 kg. A Ninja 400 tem câmbio de seis marchas e recebe freios com ABS como item de série, com disco único na dianteira e na traseira. O tanque para 14 litros de gasolina é adequado à proposta da moto e o assento tem 78,5 centímetros de altura. Como comparação, em uma Honda CG 160 Titan são 79 cm.

O painel de instrumentos recebe uma tela de cristal líquido com indicador de marcha

engatada, dois hodômetros parciais, autonomia restante, consumos instantâneo e médio, temperatura externa, temperatura do líquido de arrefecimento e indicador de pilotagem econômica.

O valor de R\$ 23.990 é válido para as pinturas verde e preta. A opção KRT Réplica, também verde, mas com grafismos exclusivos, sobe para R\$ 24.990.

Volvo Construction lança minicarregadeira

15/08/2018 – Fonte: Automotive Business (publicado em 14-08-2018)



Modelo ECR35D promete agilidade em espaços pequenos e áreas confinadas

A Volvo Construction lança no Brasil a escavadeira compacta ECR35D. O modelo oferece raio de giro curto, característica importante para o trabalho em espaços pequenos ou áreas confinadas. De acordo com a fabricante, a nova minicarregadeira foi projetada para operar em áreas do agronegócio, em jardinagem, obras urbanas e de saneamento, como abertura de valas.

Sua cabine é resistente e atende a certificações de segurança para operadores. A porta é grande e há três pontos de apoio para facilitar o acesso. O assento e o console são ajustáveis e montados na mesma suspensão, o que reduz a fadiga e auxilia no controle do equipamento, independentemente da condição do solo.

Ainda de acordo com a Volvo, as tampas de abertura permitem bom acesso aos pontos de abastecimento e às verificações diárias. Os tubos de abastecimento estão bem protegidos na traseira. A verificação e o abastecimento do óleo hidráulico são feitos por um recipiente transparente, que permite ver quando o fluido está contaminado e atua como filtro durante o reabastecimento.

Workshop apresenta em detalhes o programa Rota 2030

15/08/2018 – Fonte: Automotive Business (publicado em 14-08-2018)



Rogelio Golfarb vai apresentar o Rota 2030 em linhas gerais e analisar o impacto da legislação no setor automotivo

Automotive Business promove evento em São Paulo dia 17 de setembro

Um evento exclusivo para explicar como funcionará o Rota 2030. Assim será o Workshop Legislação Automotiva, que Automotive Business promove dia 17 de setembro, em São Paulo, no Milenium Centro de Convenções, para esmiuçar o novo programa de política industrial que governará os rumos da indústria automobilística pelos próximos 15 anos.

O palestrante para apresentar o programa em linhas gerais e analisar o impacto da

legislação no setor automotivo será Rogelio Golfarb, vice-presidente da Ford e 1º vice-presidente da Anfavea, que acompanhou de perto as negociações que definiram o Rota 2030.

O detalhamento do programa será feito por Paulo Cardamone, chief strategy officer da Bright Consulting, que há 40 anos acompanha o dia a dia das montadoras e fornecedores no setor.

Desde 2010 ele tem servido o governo brasileiro no desenvolvimento de recomendações para a melhoria da competitividade do setor automotivo e a partir de dezembro de 2017 passou a dar suporte ao MDIC e seus legisladores na elaboração final do Rota 2030.

Os incentivos previstos pelo Rota 2030 em razão dos investimentos em pesquisa e desenvolvimento serão avaliados por Valter Pieracciani, presidente da Pieracciani, uma das principais consultorias brasileiras de gestão de inovação, que tem o setor automotivo como um de seus principais focos de atuação.

Gábor Deák, conselheiro do Sindipeças, terá como missão explicar como será levado a efeito o fundo de desenvolvimento de autopeças, um dos pilares do Rota 2030, e analisar o impacto do programa na cadeia de suprimentos.

Automotive Business convidou a FCA Fiat Chrysler para apresentar os desafios da segurança veicular na nova política industrial e a Associação Brasileira do Veículo Elétrico (ABVE) para tratar do incentivo à eletrificação, com o estímulo ao desenvolvimento local de veículos elétricos e híbridos. Ricardo Abreu, diretor de pesquisa e desenvolvimento da Mahle, avaliará os esforços para a criação de motores mais eficientes, o incentivo ao etanol e o alcance do programa RenovaBio.

Henry Joseph Jr., diretor de operações da Anfavea, falará das exigências do Rota 2030 no campo da eficiência energética e Rodrigo Custódio, diretor da Roland Berger, apresentará as novas tecnologias veiculares previstas no programa, que tornarão os carros mais seguros, eficientes e conectados.

O programa e outras informações sobre o workshop podem ser obtidos em http://automotivebusiness.com.br/legislacao_2018.html ou pelo telefone 11 5095-8888.

Canadá considera cota ou tarifa sobre aço importado para proteger produção local

15/08/2018 – Fonte: Tribuna PR (publicado em 14-08-2018)

O governo do Canadá afirmou nesta terça-feira que pode avaliar a adoção de cotas ou tarifas sobre compras do exterior de sete produtos derivados de aço, na tentativa de proteger fabricantes domésticos de uma enxurrada de importações baratas.

O ministro de Finanças canadense, Bill Morneau, disse que Ottawa realizaria 15 dias de consulta pública antes de decidir se irá adiantar com as medidas temporárias de salvaguarda da produção nacional, que seriam aplicadas a todos os parceiros comerciais do Canadá.

Autoridades estão preocupadas com uma possível disparada em importações de aço de produtores estrangeiros que foram afastados dos Estados Unidos pelas tarifas do país sobre metais.

Em julho, a União Europeia anunciou as suas próprias medidas de salvaguarda, que têm como alvo 23 categorias de produtos de aço com uma combinação de cotas e

tarifas. As barreiras canadenses sob consideração afetariam sete tipos de mercadoria, incluindo chapas laminadas e vergalhões de aço.

As consultas sobre tarifas vêm em um momento de tensão elevada entre os EUA e os seus maiores parceiros comerciais. Após Washington impor tarifas sobre aço e alumínio canadenses em junho, Ottawa retaliou em julho com tarifas sobre dezenas de produtos americanos.

Ao passo que siderúrgicas no Canadá apoiam tarifas amplas, produtores que usam aço importado alegam que as medidas poderiam fazer os preços saltarem e danificar a indústria de construção do país, que depende de vergalhões comprados no exterior.

Diversas empresas canadenses afirmaram nas últimas semanas que tarifas existentes já tornaram difícil obter certos tamanhos de vergalhão a preços estipulados no Canadá.

Minério de ferro tem nova queda com cortes na produção de aço da China

15/08/2018 – Fonte: Reuters

Os contratos futuros de minério de ferro caíram pela quinta sessão em seis nesta quarta-feira, atingindo o menor patamar em mais de uma semana, em meio a preocupações de que a demanda pela matéria-prima da siderurgia seja restringida pelos limites à produção de aço no país.

Embora o apetite por minério de ferro de alta qualidade permaneça forte, em linha com o movimento da China contra a poluição, a demanda por material de qualidade mais baixa segue fraca, disseram operadores.

O minério de ferro mais negociado em janeiro na Bolsa de Mercadorias de Dalian fechou em queda de 1,6 por cento, a 502,50 iuanes por tonelada, depois de atingir uma mínima de 498 iuanes, o menor valor desde 6 de agosto.

Apesar dos limites de produção de aço, as importações de minério de ferro da China subiram 8 por cento em julho ante junho, para 89,96 milhões de toneladas.

As restrições da produção mantiveram os preços do aço firmes. O contrato de vergalhão mais ativo da Bolsa de Futuros de Xangai subiu 0,1 por cento, para 4.345 iuanes (630 dólares) a tonelada, abaixo do pico de 4.370 iuanes de terça-feira, o mais alto desde abril de 2012.